

BLOCO DE ESQUERDA

GRUPO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE GAIA



Sobre a situação na Escarpa da Serra do Pilar

O primeiro ponto que importa salientar nesta reunião extraordinária da Assembleia Municipal, é uma crítica muito contundente à forma como a Câmara se tem comportado neste processo em que procura desalojar os moradores da Escarpa da Serra do Pilar. Desde logo, pelo facto de a maioria PSD-CDS ter avançado com esta intenção sem trazer o assunto a esta Assembleia, sem sequer o discutir numa reunião de Câmara, e sobretudo sem ter a preocupação de ouvir os moradores num assunto que lhes diz tão directamente respeito. A Câmara devia ter tratado os moradores como parceiros na busca de soluções para este problema, mas em vez disso preferiu tratá-los como adversários, ou como obstáculos que se levantam no caminho que a Câmara traçou. A Câmara lidou com os moradores com uma estratégia de desinformação e de intimidação, tendo chegado ao extremo de os notificar das suas intenções durante a noite e com uma presença massiva de agentes policiais, incluindo do Corpo de Intervenção. O Bloco de Esquerda condena fortemente esta forma de actuação.

Os moradores da Escarpa da Serra do Pilar mereciam outra consideração por parte da Câmara, até pelo percurso de vida de muitos deles. É bom lembrar que muitos destes moradores habitam a zona há várias décadas, tendo aqui investido o melhor das suas economias e dos seus anos de vida, não apenas na construção das casas, como nalgum arranjo da zona, com a complacência, quando não o apoio, das sucessivas Câmaras Municipais. Ali, os proprietários pagam IMI, como antes pagaram Contribuição Autárquica, e as suas casas dispõem de contratos legais de

abastecimento de electricidade e de água (neste caso, por uma empresa municipal). A suposta ilegalidade destas casas é pois uma afirmação que careceria de ser bem explicada. Aliás, a Câmara não foi sequer capaz de para a proliferação de construções na zona. Entre 1981 e 1987 foram ali construídas mais 55 habitações, isto num altura em que o LNEC já havia recomendado que não fossem permitidas novas construções. Em 1988, a Câmara desenvolveu mesmo um plano que previa a plena legalização da situação, através do reconhecimento de direitos de superfície aos ocupantes. É todo este percurso de vida que é ignorado, esquecido, espezinhado pela actuação da Câmara, que parece pensar que 30 anos de vida podem ser deixados para trás em 30 dias, sem uma palavra de solidariedade, sem uma explicação cabal, sem sequer a perspectiva de uma solução que garanta a qualidade habitacional de que muitos moradores hoje usufruem.

A inacção das sucessivas titulares do poder político na Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia estende-se, aliás, ao não acatamento das recomendações do LNEC. Por exemplo, desde 1981 que o LNEC recomenda a instalação de colectores de águas pluviais e de águas sujas, impedindo a sua infiltração; a verificação das condições de fundação das edificações; e o impedimento da construção de mais edificações. Recomendações que o LNEC reiterou em 1987 e que nunca foram acatadas pela Câmara Municipal, independentemente das diferentes forças políticas que se sucederam na liderança da autarquia. Foi, aliás, a não existência de um colector de águas pluvias que impedisse a sua escorrência sobre a encosta, que esteve na origem do deslizamento de lixos e de terras ocorrido em Setembro de 2006, conforme é reconhecido em relatórios técnicos.

A estratégia de desinformação adoptada pela Câmara é bem evidente no facto de a Câmara ter repetidamente argumentado com um “perigo eminente” de derrocada alegadamente identificado pelo LNEC. Pois bem, o relatório do LNEC, que a Câmara tardou em disponibilizar, não refere em lado nenhum a expressão “perigo eminente”. Nem, aliás, se

entenderia que, perante um verdadeiro “perigo eminente”, a Câmara tivesse esperado mais de um ano desde a recepção do relatório do LNEC. Na verdade, tratou-se de uma expressão posta a circular com o intuito de pressionar os moradores e a opinião pública. A Câmara não trata a questão da segurança com seriedade, porque a Câmara prefere brandir o argumento da insegurança como forma de intimidação. O Bloco de Esquerda reafirma o que já aqui disse em mais de uma ocasião: as questões da segurança são absolutamente prioritárias e por isso mesmo têm de ser cabal e publicamente esclarecidas. Mas não aceitamos que a insegurança seja utilizada como uma arma de arremesso, destinada a inibir os vários intervenientes neste processo, sem esclarecer os problemas que verdadeiramente se colocam.

Além do mais, a Câmara envolveu-se em contradições a propósito da possível edificação, no sopé da Escarpa, de uma infra estrutura turística, prevista no Masterplan, não referida no discurso da Câmara quando desencadeou este processo, denunciada pela oposição, posteriormente assumida pelo vereador Guilherme Aguiar com o fantástico argumento de que não se colocavam problemas de insegurança porque o terreno não era da propriedade do Ministério das Finanças (!!!), para finalmente ser assumido, pelo vice-presidente da Câmara, que afinal essa infraestrutura não seria construída. São contradições a mais, que demonstram a desorientação da Câmara e que não tranquilizam os gaienses sobre os eventuais interesses imobiliários em jogo.

A terminar, queremos salientar que, o parecer do LNEC datado de Novembro de 2006, se limita a compilar informação dispersa em documentos vários. *“Dado o conhecimento que já existia no LNEC sobre o local e o tipo de colaboração que a CMG solicitou ao LNEC, entendeu-se que não havia necessidade de realizar novos estudos para elaborar o presente parecer”* (págs. 2 e 3 do relatório do LNEC). Mas o LNEC refere a necessidade de estudar detalhadamente as possibilidades técnicas de consolidação da escarpa, como refere que o problema de estabilidade da escarpa é um problema local, afastando cenários de movimentação global

de terrenos da Escarpa. Ao mesmo tempo que outros referem a necessidade de um estudo hidro-geológico que permita caracterizar com detalhe as condições de segurança. Que estes estudos não tenham sido feitos e que ainda assim a Câmara procura avançar com este processo de desalojamento e demolição das habitações, é sintomático de que a decisão não é fundamentada por motivos técnicos, como se procurou fazer crer, mas sim escorada numa opção política, que o BE contesta. Por isso, entendemos que a Câmara deveria suspender este processo, para permitir um cabal esclarecimento dos problemas de segurança em cada sector da escarpa.

Vila Nova de Gaia, 6 de Março de 2008

pelo Bloco de Esquerda,